



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

1530
2

Embargos de declaração no agravo de instrumento nº 278134-8 – Comarca do Recife

Embargante: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Embargado: Arquimedes Guedes Valença.

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO. AUDITORIA ESPECIAL. INFLUÊNCIA SOBRE O JULGAMENTO DAS CONTAS DO EX-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BUÍQUE. VIOLAÇÃO AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. NULIDADE CONFIGURADA. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. ACLARATÓRIOS IMPROVIDOS. DECISÃO UNÂNIME. 1. O julgamento da Auditoria Especial nº 0570190-9 gera influência sobre o julgamento das contas do ex-Prefeito do Município de Buíque, TC nº 0670199-0, constando da ação originária, inclusive, o pedido expresso de anulação de ambas as decisões. 2. Não houve, no presente feito, qualquer declaração de elegibilidade do recorrido, mas apenas a verificação da aparente nulidade do processo administrativo impugnado, o que ocasiona, reflexamente, a exclusão da irregularidade específica decorrente de tal processo constante da lista remetida ao TRE/PE. 3. Compete à Justiça Eleitoral declarar a inelegibilidade ou manter a elegibilidade em ação de impugnação do registro de candidatura arts. 3º e ss da LC nº 64/90, onde poderá avaliar e formar juízo de valor sobre irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas, situação diversa da hipótese dos autos. 4. Inexistência de omissão ou contradição. 5. Se há eventual *error in iudicando* por parte do colegiado, este deve ser enfrentado através da interposição de recurso subsequente adequado e em tempo oportuno, não pela estreita via dos presentes aclaratórios. 6. Embargos de declaração à unanimidade improvidos, não se considerando malferidos os 2º da CF/88; 2º, *caput*, da Lei Complementar nº 64/90; e 128 do CPC, pela fundamentação exposta.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração no agravo de instrumento nº 278134-8, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 19 de setembro de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator

1531
22



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Embargos de declaração no agravo de instrumento nº 278134-8 – Comarca do Recife

Embargante: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Embargado: Arquimedes Guedes Valença.

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de embargos de declaração em face de acórdão assim ementado:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREFACIAL DE OCORRÊNCIA DE PRECLUSÃO REJEITADA UNANIMEMENTE. PROCESSO ADMINISTRATIVO. PREFEITURA MUNICIPAL DE BUÍQUE. AUDITORIA ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. NULIDADE CONFIGURADA. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE. 1. Preambular de ocorrência de preclusão rejeitada à unanimidade, pois o julgamento da Auditoria Especial nº 0570190-9 gera influência sobre o julgamento das contas do ex Prefeito do Município de Buíque, TC nº 0670199-0, constando da ação originária, inclusive, o pedido expresso de anulação de ambas as decisões. 2. Mérito. Fora julgado o Pedido de Rescisão TC nº 1204670-0 interposto pelo ora agravante contra a Decisão TC nº 0276/10, prolatada nos autos do Processo TC nº 0670119-0, sendo o mesmo conhecido e provido, no sentido de anular a decisão exarada no Processo de Prestação de Contas acima descrito, tornando-a sem efeito, restando prejudicado o pleito instrumental neste particular. 3. Imprescindível o reconhecimento da nulidade do processo administrativo fustigado desde o momento em que a autoridade deveria ter providenciado a notificação de todos os interessados e não o fez, seja a respeito da existência do processo, seja para acompanhá-lo ou prestar os esclarecimentos oportunos, nos termos dos arts. 49, 58 e 62 da Lei nº 12.600/2004 (Lei Orgânica do TCE/PE). 4. Consoante reiterada jurisprudência do STF e STJ, o processo administrativo sem oportunidade de defesa ou com defesa cerceada é nulo, ante a flagrante ofensa aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa previstos no art. 5º, LV, da CF/88 e corolários do devido processo legal. 5. Inexiste comprovação quanto à notificação de todos os órgãos e gestores envolvidos na prática do ato de dispensa, aprovação e ordenação da despesa, tampouco imputação da conduta dita ímproba aos agentes de fato responsáveis. 6. Agravo de instrumento parcialmente provido por maioria, a fim de suspender os efeitos do julgamento contido no processo administrativo TC nº 0570190-9, bem como excluir da lista remetida ao TRE/PE a irregularidade específica decorrente de tal processo (AI 278134-8, 2CDP, rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgado em 13/06/2013).

Segundo o embargante, a citada decisão teria sido contraditória por considerar o agravo de instrumento prejudicado em relação ao seu principal e único objeto, qual seja, os efeitos do Processo TC nº 0670119-0, dando, por outro lado, provimento parcial ao recurso para suspender os efeitos do Processo TC nº 0570190-9, o qual não se encontra englobado pelo TC nº

~

0670119-0, também sendo omissa quanto à alegada afronta aos arts. 2º da CF/88; 2º, *caput*, da Lei Complementar nº 64/90; e 128 do CPC, requerendo, ao final, o provimento dos presentes embargos.

É o relatório.

VOTO

No caso em apreço, inexistente omissão, tampouco contradição a serem sanadas, porquanto, conforme explicitado no acórdão ora embargado, o processo de Auditoria Especial (TC nº 0570190-9) gera influência sobre o julgamento das contas do ex Prefeito do Município de Buíque, TC nº 0670119-0, constando da ação originária, inclusive, o pedido expresso de anulação de ambas as decisões.

Outrossim, não houve, no presente feito, qualquer declaração de elegibilidade do recorrido, mas apenas a verificação da aparente nulidade do processo administrativo impugnado, o que ocasiona, reflexamente, a exclusão da irregularidade específica decorrente de tal processo constante da lista remetida ao TRE/PE (confira-se: STJ, CC 46714/RS, S1, rel. Min. Luiz Fux, DJ de 26/09/2005).

Ora compete à Justiça Eleitoral declarar a inelegibilidade ou manter a elegibilidade em ação de impugnação do registro de candidatura arts. 3º e ss da LC nº 64/90, onde poderá avaliar e formar juízo de valor sobre irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas, situação diversa da hipótese dos autos.

No mais, consoante se depreende da leitura do acórdão, as questões suscitadas foram devidamente enfrentadas no aresto embargado, não servindo esta sede aclaratória ao reexame meritório do que já foi decidido, posto que não se presta à simples rediscussão da matéria já amplamente ventilada.

Neste sentido, colaciono jurisprudência do STJ, consoante arestos adiante ementados:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. ICMS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE. REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Hipótese em que o acórdão embargado foi claro ao decidir que não houve prequestionamento do art. 515 do CPC pela instância a quo. 2. Só se admite o conhecimento de matéria de ordem pública, mesmo na ausência de prequestionamento, se aberta a instância especial por outra questão, o que não ocorreu in casu. Precedentes do STJ. 3. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito. 4. Embargos de Declaração rejeitados (EDcl no AgRg no AREsp 52.437/PR, T1, rel. Min. Herman Benjamin, DJ de 24/04/2012).

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER DAS HIPÓTESES DO ARTIGO 535 DO CPC. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL NO ÂMBITO DESTA CORTE. DESNECESSÁRIO. 1. Nos termos do artigo 535 do Código de Processo Civil-CPC, os embargos de declaração são cabíveis para sanar omissão, obscuridade ou contradição, ou ainda para a correção de eventual erro material do julgado, o que não ocorreu. 2. O acórdão embargado dirimiu a lide de forma clara, expressa e fundamentada, conforme se infere da fundamentação transcrita no corpo deste voto. A embargante, ao argumento de ofensa ao dispositivo do

Código de Ritos, busca, na verdade, rediscutir decisão que lhe foi desfavorável - no caso a (in)viabilidade de o STJ rever acórdão para afastar ou reduzir a condenação por danos morais, quando o quantum arbitrado não configura desproporcionalidade. A via dos embargos de declaração não se presta para tal propósito. 3. Inexistindo qualquer das hipóteses elencadas no art. 535 do Código de Ritos, devem ser rejeitados os aclaratórios, sob pena de abrir-se a possibilidade de rediscussão da matéria de mérito encartada nos autos e já decidida. 4. Desnecessária a manifestação expressa sobre os dispositivos constitucionais para efeito de prequestionamento. A Suprema Corte considera prequestionada a matéria constitucional pela simples interposição dos embargos declaratórios. 5. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no AREsp 65.739/RJ, T2, rel. Min. Castro Meira, DJ de 16/03/2012).

Por fim, se há eventual *error in iudicando* por parte do colegiado, este deve ser enfrentado através da interposição de recurso subsequente adequado e em tempo oportuno, não pela estreita via dos presentes aclaratórios, aos quais, por estas razões, nego provimento, não entendendo malferidos os arts. 2º da CF/88; 2º, *caput*, da Lei Complementar nº 64/90; e 128 do CPC.

É como voto.
Recife, 19 de setembro de 2013


Des. Ricardo Paes Barreto
Relator